



SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 9, DE 2015
(nº 5.989/2009, na Casa de origem)

Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para especificar vedação à soltura de organismos aquáticos geneticamente modificados no ambiente natural e para ampliar a eficácia do dispositivo ao retirar a exigência de que os organismos estejam caracterizados em lei para que se observe a limitação à soltura.

Art. 2º O parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22.

Parágrafo único. Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.989, DE 2009

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispondo sobre a aquicultura de espécies autóctones, alóctones ou exóticas e sobre a obrigatoriedade de os proprietários ou concessionários de represas procederem à respectiva recomposição ambiental ;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.

§ 2º Para fins normativos, equipara-se à criação de espécies autóctones a criação, em tanques-redes ou estruturas assemelhadas, instaladas em reservatórios de águas continentais, das seguintes espécies alóctones ou exóticas, caso ali já estejam estabelecidas:

I – tilápia-do-nilo – *Oreochromis niloticus*;

II – carpa húngara ou comum – *Cyprinus carpio*;

III – carpa prateada – *Hypophthalmichthys molitrix*;

IV – carpa capim – *Ctenopharyngodon idella*;

V – carpa cabeça grande – *Aristichthys nobilis*. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 19-A:

“Art. 19-A. O proprietário ou concessionário de represas instaladas em cursos de água, além de outras medidas de proteção à fauna determinadas pelo Poder Público, fica obrigado a proceder à recomposição ambiental, nos termos do inciso III do art. 19 desta Lei, mediante o repovoamento anual dos reservatórios hídricos com espécimes da ictiofauna autóctone originalmente encontrada nas bacias hidrográficas em que tais estruturas se localizem. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os rios e lagos brasileiros, outrora piscosos, deixaram de sê-lo, em razão de vários fatores, tais como: a degradação ambiental, a pesca predatória e a construção de barragens. A redução da produtividade pesqueira é um fenômeno que se verifica em todo o País, não só em águas continentais, mas também no ambiente costeiro.

A pesca é uma atividade de extrema importância social e econômica, sendo imperativa a adoção de medidas que promovam o incremento de sua produtividade. Neste sentido, devem considerar-se medidas de proteção ambiental, ordenamento pesqueiro, incentivo à aquicultura e repovoamento dos ambientes aquáticos, para que voltem a tomar-se piscosos.

Na criação organismos aquáticos em cativeiro — aquicultura — encontram-se os maiores potenciais para o incremento da produção de pescado, em nosso País, eis que contamos com diversos fatores favoráveis, tais como: clima, tecnologia e abundância de recursos hídricos. Vale destacar a economicidade e eficiência que resultam da utilização de estruturas flutuantes, em meio a grandes corpos de água, tais como os tanques-redes, em que se criam peixes e outros organismos aquáticos.

A pesca e a aquicultura no Brasil precisam desenvolver-se e modernizar-se. Dois marcos decisivos neste sentido consistem na recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009 — instituindo o Ministério da Pesca e Aquicultura — e da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, *que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências*.

Em que pese a atualidade da nova norma legal que disciplina a pesca e a aquicultura, já vislumbramos a oportunidade de aprimorá-la. É o que propomos por meio do presente projeto de lei, que introduz dispositivos em que se definem procedimentos específicos relativos à aquicultura de espécies autóctones, alóctones ou exóticas, e em que se estabelece a obrigatoriedade de os proprietários ou concessionários de represas procederem à respectiva recomposição ambiental, mediante o repovoamento anual dos reservatórios hídricos com espécimes da ictiofauna autóctone originalmente encontrada nas mesmas bacias hidrográficas. Aproveitamos para simplificar a redação do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959/2009, eliminando a ambiguidade que a atual redação pode ensejar.

No que concerne à aquicultura, entendemos devam ser priorizadas as espécies já estabelecidas no ambiente aquático onde se localiza o

empreendimento. Entretanto, devem ser evitados maiores empecilhos normativos à criação, em tanques-redes ou estruturas assemelhadas, instaladas em reservatórios de águas continentais, de determinadas espécies não predadoras, de alto potencial produtivo e presentes há muitas décadas em águas brasileiras, como a carpa e a tilápia. Esta última espécie, vale notar, apresenta elevada produtividade e constitui excelente alternativa para os aquicultores brasileiros, sobretudo os de menor porte.

O presente projeto de lei também incumbe os proprietários ou concessionários de represas de procederem à respectiva recomposição ambiental, mediante o repovoamento anual dos reservatórios. Para tanto, deverão utilizar alevinos de peixes que originalmente habitavam as respectivas bacias hidrográficas (espécies autóctones). Pretende-se, assim, compensar o impacto ambiental causado pelo sucessivo represamento de cursos de água e elevar a piscosidade desses ambientes.

Esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que certamente trará relevante contribuição à pesca e à aquicultura, no Brasil.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 2009.

Deputado Nelson Meurer

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Art. 22. Na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aquicultor assegurar a contenção dos espécimes no âmbito do cativeiro, impedindo seu acesso às águas de drenagem de bacia hidrográfica brasileira.

Parágrafo único. Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Publicado no **DSF**, de 21/3/2015.